

Categoria do DF decide recusar a proposta e intensificar a greve

CONTRAPROPOSTA DO GOVERNO É UMA VERGONHA

Na manhã desta sexta-feira (26/6), dirigentes do Sindjus e da Fenajufe se reuniram com o diretor-geral do STF, Amarildo Vieira de Oliveira, que apresentou oficialmente a contraproposta feita pelo governo: 21,3% parcelados em quatro anos. O percentual, que ignora os PLCs 28 e 41, é o mesmo oferecido às carreiras do Poder Executivo e não contempla nossas demandas.

Para a Diretoria, tal proposta é um desrespeito aos servidores do Poder Judiciário e do MPU que estão há nove anos sem ter um Plano de Cargos e Salários aprovado. Além da falta de reajuste, a precarização das relações de trabalho, as metas de produção e os ataques a direitos têm gerado altos índices de endividamento, evasão e adoecimento na categoria.

21,3% não recompõem perdas inflacionárias

Segundo a contraproposta do governo, pautada numa curva descrente da inflação, os servidores receberiam 5,5% em 2016, 5% em 2017, 4,75% em 2018 e 4,5% em 2019 (nos meses de janeiro). No entanto, sabemos que a inflação segue no caminho inverso – estando cada vez maior. O próprio Banco Central, no Relatório Trimestral de Inflação, divulgado no dia 24 de junho, projeta um crescimento da inflação para 2015 de 7,9% para 9%, isto é, o dobro para a meta prevista para este ano (4,5%). E para quem tem se deparado no dia a dia com supermercado, farmácia, contas de energia e outras despesas sabe que a inflação real é ainda maior. Dessa forma, a contraposta de 21,3% é uma vergonha.

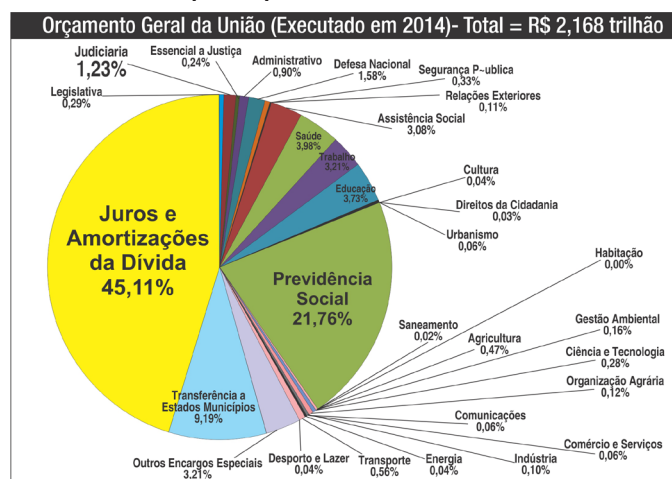
Congelamento

Assim como fez em 2012, quando implantou a proposta de reajuste linear de 15,8% (2013 a 2015), o governo, entre 2016 e 2019, pretende congelar nossos vencimentos, não permitindo negociação salarial alguma no período. Está mais do que óbvio que o governo pretende utilizar mais uma vez os servidores para pagarem a conta do ajuste fiscal.

Para alta cúpula e banqueiros tudo, para os servidores o ajuste fiscal

O governo justifica o índice de 21,3%, dividido em quatro anos, na crise econômica enfrentada pelo País.

No entanto, não levou em consideração o ajuste na hora de aumentar os subsídios do alto escalão. Além disso, o discurso de ajuste esconde uma realidade em que mais de 45% do orçamento federal é destinado para pagamento de juros e amortização de uma dívida que nunca foi auditada, mesmo havendo previsão constitucional para que se realize.



Fonte: <http://www.auditoriacidade.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confirma-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>

Greve antecipa contraposta

O governo pretendia anunciar a proposta dos servidores públicos federais do Executivo somente em agosto. No entanto, a greve do Poder Judiciário e do MPU fez com que essa negociação fosse antecipada. Com isso, o governo tenta evitar o desgaste de índices diferenciados e dar um nó nas futuras greves, amarrando as carreiras em um reajuste linear. Isso prova que nossa greve está incomodando.

TODOS ao STF e Senado nos dias 29 e 30

A categoria, reunida em Assembleia-Geral, na sexta-feira (26/6), foi unânime em dizer NÃO à contraposta feita pelo governo e ao protelamento da votação dos PLCs 28 e 41.

Os servidores decidiram intensificar a greve e fazer um grande ato no dia 30 de junho, para que os PLCs 28 e 41 sejam aprovados. Segundo a categoria, os projetos não podem ser trocados pela proposta desrespeitosa de 21,3%.



crédito: Valcir Araújo

Aeroporto e Senado

Na segunda (29/6), grupos de servidores vão receber os senadores no aeroporto, conforme dinâmica aprovada pela comissão criada em assembleia para esse fim, pressionando-os a aprovar os nossos projetos. Servidores dos Estados reforçarão a atividade de visita aos gabinetes de senadores na terça-feira (30/6).

Marcha da Catedral ao Planalto

Na segunda (29/6), a partir das 15h, será realizada uma marcha da Catedral ao Palácio do Planalto, passando pelo Congresso e STF. No final do dia, haverá vigília no acampamento do Sindjus.

Acampamento

Desde o dia 23 de junho, servidores estão acampados ao lado do STF no intuito de dar ainda mais visibilidade ao nosso movimento paredista e pressionar pela aprovação dos PLCs 28 e 41. O acampamento será intensificado com a participação de colegas de outros estados na segunda-feira (29/6).

Ato no dia 30

Na terça-feira (30/6), às 15h, os servidores se concentrarão no Acampamento do Sindjus para desenvolver um grande ato nas imediações da Praça dos Três Poderes e Congresso Nacional. Também no dia 30, durante a sessão plenária com início previsto para as 14h, os servidores devem lotar as galerias do Senado. O Sindjus trabalha junto às autoridades competentes para viabilizar o acesso dos servidores.

Piquetes e Arrastões

Na segunda (29/6), piquetes e arrastões solidários movimentarão todos os locais de trabalho tentando garantir novas adesões à greve e a participação em massa da categoria no ato do dia 30.

Assembleia-Geral

Foi aprovada realização de nova Assembleia-Geral, no dia 1º de julho (quarta-feira) para avaliar os acontecimentos do dia 30 de junho e definir os caminhos da categoria a partir de então.